CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A.

Companhia Fechada

CNPJ/ME 28.132.263/0001-73 | NIRE 35300505778

FATO RELEVANTE

CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, n.º 68, 14º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 28.132.263/0001-73 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300505778 (“**Companhia**”), em atenção ao disposto no art. 17 da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**ICVM 476/09**”), e no item 8.1, (ii), do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, conforme aditado (respectivamente, “**Escritura**” e “**Debêntures**”), vem comunicar aos seus debenturistas e ao mercado em geral o quanto segue.

Conforme a Cláusula IV da Escritura (“**Destinação dos Recursos e Contexto da Emissão**”), a emissão das Debêntures pela Companhia se insere no contexto do Procedimento Arbitral CCI n.º 23909/GSS/PFF (“**Procedimento Arbitral**”), instaurado para dirimir a disputa surgida sob o *Share Purchase Agreement* (“**Contrato de Compra de Ações**” ou “**SPA**”) firmado em 2 de setembro de 2017 pela Companhia, pela J&F Investimentos S.A. (“**J&F**”), pela Eldorado Brasil Celulose S.A. (“**Eldorado**”) e outros.

Por meio do SPA, a J&F e determinados outros acionistas da Eldorado (na data do SPA) concordaram em vender, e a Companhia aceitou adquirir, a totalidade das ações de emissão da Eldorado, disciplinando que a aquisição seria realizada em 3 (três) estágios. Após a conclusão dos 2 (dois) primeiros estágios, mediante o pagamento dos respectivos preços de aquisição, a Companhia passou a deter 49,41% do capital social da Eldorado, com a J&F sendo titular de 50,59% de referido capital.

Em virtude de controvérsias entre a Companhia e a J&F para finalizar a implementação do processo de aquisição das ações de emissão da Eldorado, a Companhia iniciou o Procedimento Arbitral, ora em trâmite, contra a J&F e a Eldorado de forma a obrigar a J&F a concluir a venda da participação, de 50,59%, remanescente na Eldorado, conforme previsto no SPA.

No âmbito do Procedimento Arbitral, o Tribunal Arbitral proferiu decisão cautelar em 6 de junho de 2019 (“**Decisão Cautelar**”), seguida de decisões adicionais, por meio da qual essencialmente: **(a)** reafirmou que o SPA e o Acordo de Acionistas da Eldorado estão em pleno vigor e eficácia, em linha com decisão cautelar anteriormente proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo; **(b)** determinou a constituição de novo órgão colegiado de governança corporativa da Eldorado composto por dois representantes da Eldorado, dois representantes da J&F e dois representantes da Companhia (“**Órgão de Coordenação**”), com os poderes e atribuições abaixo descritos, e cujas

deliberações deveriam ser adotadas de forma unânime; **(c)** determinou que a Companhia deveria depositar em garantia (*escrow*) em agente depositário, o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), montante correspondente a R\$ 11,2 bilhões, conforme estipulado pelo Tribunal Arbitral, e estando o depósito sujeito aos termos e condições do respectivo contrato de garantia (*escrow*), com respeito à aquisição, pela Companhia, das ações de titularidade da J&F, nos termos previstos no SPA, e para o pré-pagamento de todas as dívidas da Eldorado sujeitas às garantias prestadas pela J&F; e **(d)** determinou que a J&F deveria depositar em garantia (*escrow*) com o Itaú, na qualidade de agente depositário, as ações de emissão da Eldorado representativas de 50,59% de seu capital que são de titularidade da J&F (“Depósitos”).

Assim, com vistas a contribuir para a implementação da Decisão Cautelar no que lhe compete, conforme esclarecido na Cláusula IV da Escritura acima mencionada, a Companhia emitiu as Debêntures (no montante de R\$ 1 bilhão), destinando recursos obtidos com a emissão para compor, juntamente com seus recursos próprios no montante de R\$ 10,2 bilhões, o depósito dos montantes determinados pelo Tribunal Arbitral.

Feitas essas considerações, a Companhia comunica que, após negociações entre a Companhia, a J&F e a Eldorado, em cumprimento às determinações do Tribunal Arbitral:

- (i) foram assinados, em 18 de novembro de 2019, o Regulamento que disciplina o funcionamento do Órgão de Coordenação, bem como os contratos que regulam os Depósitos;
- (ii) a Companhia depositou, nesta data, R\$11,2 bilhões no Itaú, na qualidade de agente depositário, agregando o montante de R\$ 1 bilhão obtido com a emissão das Debêntures aos R\$ 10,2 bilhões de recursos próprios da Companhia; e
- (iii) a J&F depositou, nesta data, também com o Itaú, na qualidade de agente depositário, as ações de sua propriedade representativas de 50,59% do capital da Eldorado.

A Companhia destaca que, seguindo o regime de administração da Eldorado determinado pelo Tribunal Arbitral durante o Procedimento Arbitral, o Órgão de Coordenação terá poderes para deliberar e decidir, sempre por unanimidade dos seus membros, sobre as seguintes matérias relativas a Eldorado e/ou a qualquer de suas subsidiárias (“Matérias Qualificadas”):

- (i) qualquer operação ou transação que não entre no Curso Normal dos Negócios (“ordinary course of business”), de acordo com a cláusula 7.1 do SPA;
- (ii) qualquer operação ou transação que provoque dúvidas sobre se faz parte, ou não, do Curso Normal dos Negócios; entender-se-á por isto qualquer operação, ou série de transações relacionadas constituindo uma única operação, que exceda objetivamente o valor limiar de US\$ 25 milhões;

- (iii) qualquer operação ou transação para a qual o Acordo de Acionistas da Eldorado ou o SPA exijam a unanimidade;
- (iv) qualquer modificação do estatuto social da Eldorado;
- (v) aprovação das contas e demonstrações financeiras anuais da Eldorado;
- (vi) designação de auditores independentes da Eldorado;
- (vii) remuneração do Diretor Presidente, de outros Diretores estatutários e do Conselho de Administração;
- (viii) emissão de *bonds* ou de qualquer outro instrumento financeiro;
- (ix) nomeação ou substituição do secretário do Órgão de Coordenação; e
- (x) qualquer acordo de leniência ou aditamento a acordo de leniência vinculando a Eldorado.

Ainda a respeito, a Companhia esclarece que o Órgão de Coordenação ora constituído visa a aprimorar o regime de administração da Eldorado durante o curso do Procedimento Arbitral, devendo funcionar até que qualquer nova decisão seja proferida pelo Tribunal Arbitral. Reitera-se que o Órgão de Coordenação, enquanto estiver em funcionamento, deverá ter o poder de pré-aprovar as Matérias Qualificadas, não substituindo os demais órgãos de governança da Eldorado, os quais continuarão a funcionar normalmente, nos termos da legislação, do estatuto social da Eldorado e de seus respectivos regulamentos internos, exercendo suas funções no melhor interesse da Eldorado.

Em linha, a Companhia ressalta que o objetivo dos Depósitos é assegurar o cumprimento do resultado do Procedimento Arbitral e que tais Depósitos deverão ser mantidos à disposição do Tribunal Arbitral até que este profira a sentença de mérito. Assim, quando determinar a destinação dos fundos e das ações objeto dos Depósitos na sentença de mérito, o Tribunal Arbitral encaminhará diretamente ao Itaú instruções sobre como deverá ser efetuada tal destinação.

A Companhia destaca que manterá os seus debenturistas e o mercado informado sobre eventuais desdobramentos relevantes das informações aqui tratadas, em conformidade com a regulamentação aplicável e as suas obrigações assumidas nos termos da Escritura.

São Paulo, 27 de novembro de 2019.

CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A.

CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A.

Private Company

Corporate Taxpayer ID 28.132.263/0001-73 | Board of Trade ID 35300505778

MATERIAL FACT

CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A., a private company without register before the Brazilian Securities and Exchange Commission (“**CVM**”), with headquarters in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Rua Elvira Ferraz, No. 68, 14th Floor, Vila Olímpia, Postal Code 04552-040, enrolled before the Corporate Taxpayer ID under No. 28.132.263/0001-73 and before the São Paulo State Board of Trade under No. 35300505778 (“**Company**”), in accordance with the Article 17 of the CVM Instruction No. 476, of January 16, 2009, as amended (“**ICVM 476/09**”) and with the item 8.1, (ii), of the Private Instrument of Deed of First (1st) Issuance of Simple Debentures, Not Convertible into Shares, with in rem Guarantee, with Additional Personal Guarantee, in Single Series, for Public Distribution, with Restricted Efforts of Distribution, of the Company, as amended (respectively “**Indenture**” and “**Debentures**”), hereby informs to the Debentures’ holders and to the market in general as follows.

Pursuant to the Section IV of the Indenture (“**Use of the Funds and Issuance Context**”), the issuance of the Debentures is within the context of the Arbitration Proceeding CCI No. 23909/GSS/PPF (“**Arbitration Proceeding**”) initiated due to the disputes concerning the Share Purchase Agreement (“**SPA**”) entered into between the Company, J&F Investimentos S.A. (“**J&F**”), Eldorado Brasil Celulose S.A. (“**Eldorado**”) and others on September 2, 2017.

Under the terms of the SPA, J&F and certain other shareholders of Eldorado (as at the date of the SPA) agreed to sell, and the Company agreed to acquire, all the shares issued by Eldorado, defining that the transaction would be carried out in three (3) stages. After the conclusion of the two (2) first stages, upon payment by the Company of the respective acquisition prices, the Company became the owner of shares representing 49.41% of Eldorado’s capital stock, with J&F being the owner of 50.59% of Eldorado’s capital stock.

Due to disputes between the Company and J&F with respect to the final implementation of the transaction, the Company initiated the ongoing Arbitration Proceeding in order to compel J&F to conclude the sale of the additional 50.59% interest in Eldorado, as provided in the SPA.

In the ambit of the Arbitration Proceeding, the Arbitral Tribunal provisionally decided on June 6, 2019 (“**Decision**”), followed by subsequent additional decisions, in essence, that: **(a)** the SPA and the Eldorado’s Shareholders Agreement are in full force and effect, as previously decided by the Judicial Courts of Sao Paulo; **(b)** a new governance body with respect to Eldorado must be established, composed of two representatives of Eldorado, two representatives of J&F and two representatives of the Company (“**Coordinating Body**”) having the rights and powers referred to below and whose decisions must be made on a unanimous basis; **(c)** the Company must deposit, in an escrow account opened with Itaú Unibanco S.A. (“**Itaú**”) as escrow agent, an amount corresponding to the amount of BRL 11.2 billion being the amount stipulated in the decision of the

Arbitral Tribunal to be deposited (subject to the terms and conditions of the applicable escrow agreement) with respect to the acquisition by the Company of Eldorado's shares held by J&F, as provided in the SPA, and for the prepayment of Eldorado's debts guaranteed by J&F; and **(d)** that J&F must deposit into escrow with Itaú, as escrow agent, all shares in Eldorado held by J&F, representing 50.59% of Eldorado's capital stock ("Deposits").

Therefore, in order to contribute to the implementation of the Decision, as clarified in the aforementioned Section 4 of the Indenture, the Company issued the Debentures (in the amount of BRL 1 billion), using the funds obtained from the issuance, as well as Company's own funds, in the amount of BRL 10.2 billion, to deposit the aggregate amounts of BRL 11.2 billion determined by Arbitral Tribunal.

That said, the Company hereby informs that, after negotiations among the Company, J&F and Eldorado, and in compliance with the decisions of the Arbitral Tribunal:

- (i) on November 18, 2019, the Coordinating Body Rules and the agreements that govern the Deposits were executed;
- (ii) on the date hereof, the Company deposited BRL 11.2 billion into escrow with Itaú, as escrow agent, using the aggregate funds of BRL 1 billion obtained by means of the issuance of the Debentures and BRL 10.2 billion of the Company's own funds; and
- (iii) on the date hereof, the J&F deposited, also into escrow with Itaú, as escrow agent, the shares representing 50.59% of Eldorado's capital stock.

The Company highlights that, following the management rules determined by Arbitral Tribunal during the Arbitration Proceedings, the Coordinating Body will have powers to deliberate and decide, unanimously, upon on the following matters with respect to the Company and/or any of its subsidiaries ("Qualified Matters"):

- (i) any transaction that is considered to be outside the Normal Course of Eldorado Business (as defined in clause 7.1 of the SPA);
- (ii) any transaction that could be arguably outside the Normal Course of Eldorado Business (any transaction or series of related transactions, exceeding the amount of USD 25 million);
- (iii) all matters requiring an unanimous approval, as per the SPA or by Eldorado's Shareholders Agreement;
- (iv) any amendment to Eldorado's bylaws;

- (v) approval for Eldorado management's annual accounts and annual financial statements;
- (vi) appointment of Eldorado's independent auditors;
- (vii) the compensation of Eldorado's CEO, statutory officers and members of the Board of Directors;
- (viii) issuance of bonds or any other financial instruments;
- (ix) appointment or replacement of the secretary of the Coordinating Body; and
- (x) any leniency agreement or amendment to leniency agreement to which Eldorado is a party.

Furthermore, the Company clarifies that the Coordinating Body aims to improve Eldorado's management during the course of the Arbitration Proceedings, and will be operating until any new decision is taken by Arbitral Tribunal on the subject. The Company reaffirms that, as long as the Coordinating Body is operating, it shall have the right to pre-approve the Qualified Matters, not substituting the other governance bodies of Eldorado, which will continue to regularly operate, under the terms of applicable norms, Eldorado's bylaws and internal rules, exercising their powers in the best interests of Eldorado.

In the same sense, the Company emphasizes that the purpose of the Deposits is to ensure the due compliance with the result of the Arbitration Proceeding and shall be maintained in escrow, at the disposal of the Arbitral Tribunal until Arbitral Tribunal's award. Therefore, when the Arbitral Tribunal determines the destination of the funds and of the shares maintained in escrow, the Arbitral Tribunal will directly address, to Itaú, precise instructions on how to execute such destination.

The Company highlights that will maintain the Debentures' holders and the market informed about any relevant progress related to the subject, in accordance with the applicable norms and disclosure obligations provided under the terms of the Indenture.

São Paulo, November 27, 2019.

CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A.